ISSN: 2358-8829

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE: ARTICULAÇÕES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gisele Lopes Guerra Gaspar [1]
Tatiana Barradas de Souza [2]
Paola Roberta Cantalejo Andrade [3]
Beatriz Estevan Pereira [4]
Edicléa Mascarenhas Fernandes [5]

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil demanda a organização de práticas pedagógicas que reconheçam suas singularidades e assegurem condições de acesso às experiências curriculares. Essa perspectiva pressupõe compreender que as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento não dependem exclusivamente das características individuais da criança, mas também das condições de acessibilidade, das interações estabelecidas e dos apoios disponibilizados no ambiente escolar.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil constitui um espaço fundamental para a ampliação das experiências, das interações e das possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, organizando o currículo em cinco campos de experiências e assegurando os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (Brasil,

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, giza.guerra@gmail.com;
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, tbarradas@gmail.com;
[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, profepaolaroberta@gmail.com;
[4] Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, beatriz.estevanpereira@gmail.com;
[5] Professora orientadora: Doutora em Ciências pela FIOCRUZ, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ) - RJ, professoraediclea.uerj@gmail.com.

2018). Essa organização curricular reconhece as crianças como sujeitos ativos na construção de conhecimentos e exige que as propostas pedagógicas considerem suas diferentes formas de comunicação, expressão e interação.

A efetivação desses direitos pressupõe intencionalidade educativa e acompanhamento dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, a BNCC destaca:

> Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. (Brasil, 2018, p. 39).

Essa orientação assume particular relevância para a inclusão de crianças com TEA, uma vez que o planejamento precisa considerar as condições que favorecem ou restringem seu envolvimento nas brincadeiras, nas interações e nas demais experiências educativas. A observação das atividades cotidianas e a compreensão das necessidades de apoio tornam-se, assim, dimensões importantes de uma avaliação que possa fundamentar decisões pedagógicas contextualizadas.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um instrumento de organização e acompanhamento desse planejamento, possibilitando estabelecer objetivos educacionais, definir estratégias pedagógicas, identificar recursos de acessibilidade e avaliar o percurso de aprendizagem dos estudantes. Sua elaboração, entretanto, não deve se restringir ao preenchimento de documentos ou à descrição de dificuldades individuais. Santos et al. (2022), ao discutirem os processos de elaboração e avaliação do planejamento educacional individualizado, contribuem para compreender a importância de relacionar o conhecimento sobre o estudante às condições concretas de ensino, de modo que as informações produzidas pela avaliação orientem a organização das práticas pedagógicas.

A compreensão das condições de participação e aprendizagem também exige considerar as relações entre as características da criança e o contexto em que ela está inserida. Nesse sentido, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens (CIF-CJ), publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), fundamenta-se na perspectiva biopsicossocial, segundo a qual a funcionalidade resulta da interação dinâmica entre as condições individuais e os fatores contextuais. Conforme destaca Barbosa (2023, p. 36), “a unidade de classificação da CIF-

CJ, não é um diagnóstico da criança, mas sim, um perfil de sua funcionalidade e com um raciocínio pautado no modelo biopsicossocial."

Essa compreensão amplia as possibilidades da avaliação educacional ao considerar não apenas as características individuais, mas também as condições ambientais que interferem na realização de atividades e na participação da criança nas experiências educativas. No âmbito desta investigação, destacam-se os componentes de atividades e participação e de fatores ambientais da CIF-CJ, que oferecem referências para examinar as situações vivenciadas pelas crianças e identificar suas necessidades de apoio. Embora não constitua um instrumento de planejamento pedagógico, a classificação pode subsidiar a avaliação funcional, produzindo informações relevantes para a elaboração do Estudo de Caso e do PEI.

No campo educacional, essa articulação também encontra respaldo nas orientações do Caderno 3 da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2026), que apresenta o Estudo de Caso, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o PEI como documentos distintos e complementares. Nessa organização, o Estudo de Caso sistematiza informações produzidas no processo de avaliação pedagógica, enquanto o PEI orienta a definição e o acompanhamento de objetivos, estratégias e recursos educacionais. A avaliação funcional fundamentada na CIF-CJ pode contribuir para esse percurso ao oferecer elementos para compreender as relações entre a criança, as atividades escolares e o contexto em que ocorrem, sem substituir os procedimentos próprios da avaliação pedagógica.

Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa de doutorado em Educação, desenvolvida na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ), que investiga possibilidades de articulação entre referenciais de avaliação funcional e planejamento educacional para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. Embora a investigação mais ampla contemple diferentes instrumentos e referenciais, o presente trabalho concentra-se nas contribuições da CIF-CJ para a compreensão da funcionalidade e sua articulação com o Estudo de Caso e o PEI.

O objetivo deste estudo é analisar as possibilidades de articulação entre a CIF-CJ e o planejamento educacional individualizado, considerando as contribuições da perspectiva biopsicossocial para a compreensão das condições de participação, das

necessidades de apoio e dos fatores ambientais relacionados à escolarização de crianças com TEA na Educação Infantil.

Para tanto, apresenta-se um recorte de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e colaborativa, desenvolvida na Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu (RJ). A análise contempla os dados documentais de matrícula referentes ao ano de 2025 e uma discussão teórico-documental fundamentada na CIF-CJ e nas orientações nacionais para a elaboração do Estudo de Caso e do PEI. Não são examinados, neste artigo, os resultados das atividades de formação continuada ou da aplicação do protocolo educacional em desenvolvimento

METODOLOGIA

Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa de doutorado em Educação, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e colaborativa, fundamentada nos princípios da pesquisa-formação. A investigação busca compreender as possibilidades de articulação entre avaliação funcional e planejamento educacional para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. Nessa perspectiva, considera-se a pesquisa-formação como um processo que articula investigação e formação docente, reconhecendo os professores como participantes da produção de conhecimentos sobre as práticas educacionais (Ibiapina, 2008).

O campo da investigação é a Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu (RJ). Para a contextualização do estudo, realizou-se uma análise documental dos dados de matrícula de 2025, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de identificar a distribuição dos estudantes com TEA nas diferentes etapas da Educação Básica, particularmente na Educação Infantil.

O recorte apresentado neste artigo contempla, ainda, uma análise teórico-documental da CIF-CJ (OMS, 2011) e das orientações nacionais para a elaboração do Estudo de Caso e do PEI (Brasil, 2026). A análise concentra-se nos componentes de atividades e participação e de fatores ambientais da CIF-CJ, buscando identificar suas possíveis contribuições para a avaliação funcional e para a organização do planejamento pedagógico. As atividades de formação continuada e a aplicação do protocolo educacional, integrantes da investigação mais ampla, não constituem objeto de análise neste trabalho.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da deficiência passou por transformações conceituais que contribuíram para questionar interpretações centradas exclusivamente nos impedimentos individuais. Historicamente, o modelo biomédico privilegiou as condições orgânicas e funcionais da pessoa, frequentemente compreendendo as dificuldades de participação como consequências diretas dessas características. Em contraposição, o modelo social da deficiência deslocou a análise para as barreiras que restringem a participação das pessoas com deficiência. Diniz, Barbosa e Santos (2009) discutem essa mudança de perspectiva, destacando que a deficiência não pode ser compreendida apenas como uma condição individual, pois sua experiência também é produzida nas relações entre os impedimentos corporais e a organização da sociedade.

Essa discussão apresenta implicações para o campo educacional, especialmente quando as dificuldades de escolarização são atribuídas exclusivamente às características dos estudantes. Na Educação Infantil, compreender a deficiência a partir de suas relações com o contexto exige considerar como a organização dos espaços, as propostas pedagógicas, as formas de comunicação e as interações podem favorecer ou restringir a participação das crianças com TEA. Desse modo, a perspectiva social contribui para problematizar práticas que responsabilizam individualmente a criança pelas dificuldades encontradas, sem examinar as condições de acessibilidade oferecidas pela instituição escolar.

A perspectiva biopsicossocial amplia essa discussão ao considerar a funcionalidade como resultado da interação entre as condições individuais e os fatores contextuais. Essa compreensão fundamenta a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens (CIF-CJ), publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011). Diferentemente de uma abordagem centrada exclusivamente no diagnóstico, a CIF-CJ possibilita descrever a funcionalidade a partir dos componentes de funções e estruturas do corpo, atividades e participação e fatores ambientais, reconhecendo a influência do contexto sobre as experiências cotidianas.

Barbosa (2023), ao discutir a utilização da CIF-CJ, destaca a importância de compreender a criança para além de sua condição diagnóstica, considerando seu perfil de funcionalidade e as relações estabelecidas nos diferentes contextos de vida. Essa

perspectiva contribui para uma avaliação que não se limite à identificação de dificuldades individuais, mas procure compreender como a criança realiza atividades, participa de situações cotidianas e responde às condições ambientais e aos apoios disponíveis. No contexto escolar, tal compreensão permite ampliar as informações que fundamentam as decisões pedagógicas.

Entre os componentes da CIF-CJ, atividades e participação (d) e fatores ambientais (e) apresentam particular relevância para a análise proposta neste estudo. O componente de atividades e participação contempla tanto a realização de tarefas quanto o envolvimento em situações de vida, enquanto os fatores ambientais correspondem às condições físicas, sociais e atitudinais que podem atuar como barreiras ou facilitadores da funcionalidade (OMS, 2011). A análise articulada desses componentes permite examinar não apenas aquilo que a criança realiza, mas também as oportunidades e condições oferecidas para sua participação.

Na Educação Infantil, essa abordagem pode contribuir para a compreensão das experiências vivenciadas pelas crianças com TEA nas brincadeiras, nas interações com outras crianças e adultos, nas atividades coletivas e nas diferentes situações da rotina escolar. A observação de uma dificuldade de participação, por exemplo, exige considerar se a proposta pedagógica oferece recursos de comunicação acessíveis, possibilidades de interação e apoios compatíveis com as necessidades da criança. Assim, a avaliação funcional não deve ser compreendida como uma descrição isolada de capacidades ou limitações, mas como uma análise contextualizada das relações entre a criança e o ambiente educacional.

A identificação de barreiras e facilitadores constitui, portanto, uma dimensão relevante para a organização da acessibilidade pedagógica. Recursos de comunicação, materiais, atitudes dos profissionais, organização dos espaços e formas de apresentação das atividades podem interferir nas possibilidades de participação e aprendizagem. Entretanto, a CIF-CJ não constitui um instrumento de planejamento curricular nem substitui a avaliação pedagógica. Sua contribuição está na produção e sistematização de informações sobre a funcionalidade, que precisam ser interpretadas à luz das finalidades educacionais e das experiências curriculares previstas para a Educação Infantil.

Essa compreensão aproxima-se das orientações do Caderno 3 da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2026), que aborda a documentação do Atendimento Educacional Especializado por meio do Estudo de Caso, do Plano de

ISSN: 2358-8829

Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI). Embora articulados, esses documentos possuem finalidades distintas. O Estudo de Caso reúne e analisa informações sobre o estudante e seu contexto, permitindo identificar barreiras, potencialidades e necessidades de apoio. O PAEE organiza os recursos, serviços e estratégias específicos do Atendimento Educacional Especializado, enquanto o PEI sistematiza o planejamento educacional individualizado, articulando objetivos, estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e procedimentos de acompanhamento.

Nesse processo, a avaliação funcional fundamentada na CIF-CJ pode contribuir para a construção do Estudo de Caso ao ampliar a compreensão das condições em que a criança participa das experiências escolares. As informações produzidas podem ser articuladas às observações pedagógicas, aos registros da instituição e às contribuições da família e dos profissionais envolvidos. Essa articulação favorece uma compreensão mais abrangente das necessidades de apoio, evitando que o planejamento seja elaborado exclusivamente a partir do diagnóstico ou de descrições genéricas das dificuldades da criança.

Santos et al. (2022) compreendem o PEI como um processo de planejamento que resulta em um documento orientador do percurso educacional do estudante, contemplando suas potencialidades, necessidades de apoio, objetivos e estratégias pedagógicas. Os autores destacam que sua elaboração deve ocorrer de maneira coletiva, envolvendo os profissionais da escola, a família e o próprio estudante, considerando suas possibilidades de participação. A avaliação constitui uma dimensão central desse processo, pois permite identificar as condições iniciais de aprendizagem, acompanhar os avanços e revisar as estratégias adotadas. Na Educação Infantil, essa compreensão reforça a importância de um planejamento individualizado articulado às experiências curriculares, às brincadeiras e às interações, sem restringir a participação da criança com TEA nas atividades compartilhadas com o grupo.

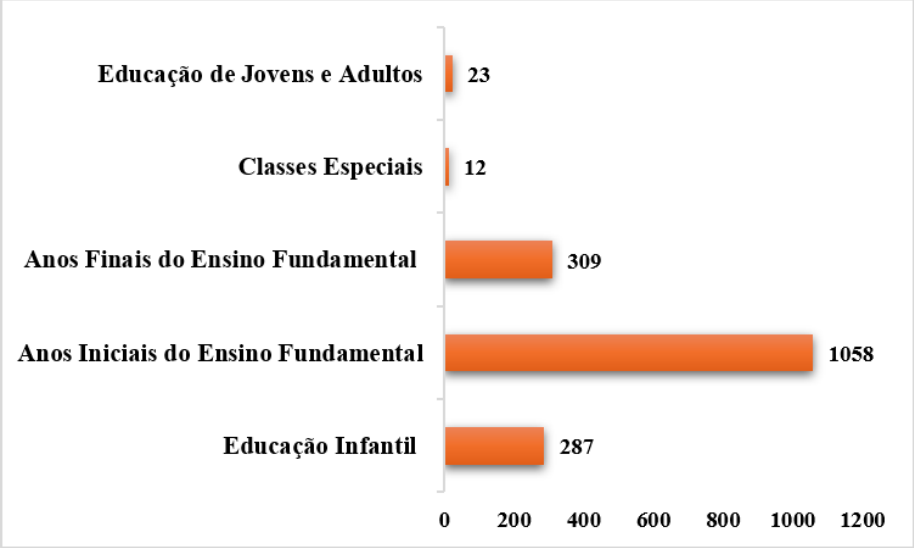
Desse modo, a articulação entre CIF-CJ, Estudo de Caso e PEI não pressupõe a transposição direta de categorias ou códigos da classificação para objetivos curriculares. Trata-se de utilizar informações sobre funcionalidade, barreiras, facilitadores e necessidades de apoio como subsídios à avaliação pedagógica e à tomada de decisões educacionais. Nessa perspectiva, o planejamento individualizado pode ser compreendido como um processo contínuo de identificação de necessidades, organização de condições

de acessibilidade e acompanhamento da participação e da aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (RJ), referentes ao ano de 2025, identificou 1.689 estudantes com TEA matriculados na rede municipal de ensino. A distribuição por etapas e modalidades educacionais é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das matrículas de estudantes com TEA na rede municipal de Nova Iguaçu (2025)



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (2025).

Os dados demonstram que a maior concentração de matrículas de estudantes com TEA ocorre nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, a presença de 287 crianças na Educação Infantil evidencia a importância de discutir as condições de acessibilidade pedagógica e de participação desde os primeiros anos de escolarização. Cabe destacar que os registros de matrícula não permitem identificar as necessidades de apoio dessas crianças nem avaliar as condições de inclusão escolar, o que exige a produção de informações qualitativas sobre suas experiências educativas.

A análise teórico-documental da CIF-CJ (OMS, 2011) permitiu identificar contribuições dos componentes de atividades e participação e fatores ambientais para a

ISSN: 2358-8829

compreensão da funcionalidade no contexto escolar. A articulação desses componentes possibilita examinar tanto a realização de atividades e o envolvimento da criança nas experiências educativas quanto as condições ambientais que favorecem ou restringem sua participação. Essa perspectiva amplia a avaliação para além das características individuais associadas ao diagnóstico de TEA.

Na Educação Infantil, a análise da funcionalidade pode considerar situações relacionadas às brincadeiras, às interações, à comunicação e à participação nas experiências curriculares. Uma dificuldade observada durante determinada atividade, por exemplo, pode estar associada às condições de organização da proposta, à disponibilidade de recursos de comunicação ou aos apoios oferecidos. Assim, a identificação de barreiras e facilitadores contribui para compreender as relações entre as características da criança e o contexto em que ocorre sua escolarização.

Essa compreensão apresenta possibilidades de articulação com o Estudo de Caso e o PEI). Conforme as orientações do Caderno 3 da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2026), o Estudo de Caso reúne e analisa informações sobre o estudante e seu contexto, subsidiando a identificação das necessidades de apoio e a organização das respostas educacionais. O PEI, por sua vez, sistematiza objetivos, estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e formas de acompanhamento, considerando as condições de participação e aprendizagem.

O Quadro 1 sintetiza as contribuições identificadas na análise teórico-documental, relacionando os componentes selecionados da CIF-CJ à avaliação funcional e aos possíveis desdobramentos no planejamento educacional.

Quadro 1 – Possibilidades de articulação entre CIF-CJ, Estudo de Caso e PEI na Educação Infantil

Componente da CIF-CJ	**Aspectos da avaliação funcional**	**Contribuições para o Estudo de Caso e o PEI**
Atividades e participação	Realização de atividades, comunicação, brincadeiras, interações e participação nas experiências escolares.	Identificar condições de participação e necessidades de apoio para subsidiar objetivos e estratégias pedagógicas.
Fatores ambientais	Recursos de comunicação, materiais, organização do ambiente, atitudes e apoios disponíveis.	Reconhecer barreiras e facilitadores e orientar a definição de recursos e condições de acessibilidade pedagógica.

Fonte: Elaboração das autoras, com base na CIF-CJ (OMS, 2011).

ISSN: 2358-8829

O quadro evidencia que a contribuição da CIF-CJ não consiste na transposição direta de seus códigos para objetivos curriculares, mas na sistematização de informações sobre a funcionalidade e as condições de participação da criança. Essas informações podem subsidiar o Estudo de Caso e orientar decisões pedagógicas expressas no PEI, desde que articuladas à avaliação pedagógica e aos direitos de aprendizagem previstos para a Educação Infantil.

Desse modo, a análise aponta possibilidades de utilização da perspectiva biopsicossocial para qualificar a compreensão das necessidades de apoio e a organização do planejamento educacional individualizado. Ressalta-se, entretanto, que os resultados apresentados correspondem à análise documental das matrículas e à discussão teórica das articulações entre CIF-CJ e PEI, não constituindo evidências de aplicação ou validação de um protocolo educacional. O aprofundamento dessas relações integra a continuidade da pesquisa de doutorado, desenvolvida em diálogo com professores da rede municipal de Nova Iguaçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as possibilidades de articulação entre a CIF-CJ, o Estudo de Caso e o PEI, considerando suas contribuições para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil. A análise evidenciou que a perspectiva biopsicossocial da funcionalidade oferece elementos para compreender as relações entre as características da criança, as atividades escolares, sua participação e os fatores ambientais que podem atuar como barreiras ou facilitadores.

As contribuições da CIF-CJ para o planejamento educacional, entretanto, dependem de sua articulação com os processos de avaliação pedagógica e com as informações produzidas no cotidiano escolar. Seu potencial reside na possibilidade de subsidiar a identificação de necessidades de apoio e a compreensão das condições de participação da criança, oferecendo elementos para decisões pedagógicas contextualizadas.

Os dados de matrícula da rede municipal de Nova Iguaçu (RJ) reforçam a pertinência de investimentos contínuos na inclusão escolar desde a Educação Infantil, especialmente na formação docente, na avaliação funcional e na organização de recursos

de acessibilidade pedagógica. Nessa etapa da Educação Básica, tais investimentos devem favorecer a participação das crianças nas interações, nas brincadeiras e nas experiências curriculares, respeitando suas singularidades e assegurando oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, destaca-se que as articulações apresentadas constituem uma análise teórico-metodológica, não correspondendo a resultados de aplicação ou validação de um protocolo educacional. A pesquisa de doutorado em andamento prevê aprofundar essas relações por meio de um processo colaborativo com professores, buscando examinar as possibilidades de utilização dessas referências na construção do Estudo de Caso e na elaboração do PEI, considerando as condições concretas das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Palavras-chave: Classificação Internacional de Funcionalidade, Plano Educacional Individualizado, Transtorno do Espectro Autista, Educação Infantil; Educação Especial.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sandra Regina. **Um modelo epistemológico para mediação educacional:** abordagem sócio-histórica e teorias da funcionalidade humana. 2023. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologias e Inclusão) – Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: http://pgctin.uff.br/wp-content/uploads/sites/566/2024/01/TESE_SandraBarbosa.pdf. Acesso em: 4 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 9 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Com alterações do Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-normaatualizada-pe.pdf. Acesso em: 4 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Documentação do AEE na Escola Inclusiva: Estudo de Caso, PAEE e PEI.** Fortaleza, CE: UFC, 2026. (Cadernos Pedagógicos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 3). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneei/arquivos/cadernospedagogicospneeivol3.pdf. Acesso em: 4 out. 2026.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt. Acesso em: 4 out. 2026.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: versão para Crianças e Jovens (CIF-CJ)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Jéssica Rodrigues; PICCOLO, Gustavo Martins; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Planejamento Educacional Individualizado I: elaboração e avaliação**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/pei-i.pdf. Acesso em: 4 out. 2026.